

Os sentidos da palavra *preconceito* na produção do conhecimento das ciências sociais

Carolina de Paula Machado (UNICAMP)

RESUMO: A partir do lugar teórico da Semântica do Acontecimento, analisamos a divisão dos sentidos da palavra *preconceito* a partir da evidência do sentido etimológico. O sentido dessa palavra atribuído pela etimologia é analisado em dois dicionários, o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* e o *Dicionário Etimológico da Nova Fronteira*, comparando-a com os sentidos produzidos no funcionamento dessa palavra em dois recortes de um importante texto das Ciências Sociais no Brasil intitulado a *Evolução do Povo Brasileiro* de Oliveira Viana. Com isso, observamos que a partir da evidência da unidade do sentido da origem etimológica “pré + conceito”, outros sentidos circulam, como o sentido de *ação compressiva*. No entanto, há a naturalização da suposta “inferioridade” dos negros e mestiços, sem que isso seja considerado preconceito racial, apagando-se assim este sentido de *preconceito*.

Palavras-chave: . Preconceito; sentidos; ciências sociais; Semântica do Acontecimento.

RÉSUMÉ: Dans le cadre théorique de la sémantique de l'événement, nous analysons la variété des sens du mot *préjugé* à partir de l'évidence du sens étymologique. Le sens étymologique de ce mot est analysé dans deux dictionnaires, le *Dictionnaire Houais da Lingua Portuguesa* et le *Dicionário Etimológico da Nova Fronteira*. Il y est comparé avec les sens produits dans le fonctionnement de ce mot dans deux extraits d'un texte important des sciences sociales au Brésil, intitulé *L'Évolution du peuple brésilien*, de Oliveira Viana. Nous avons observé qu'au-delà de l'évidence de l'unité du sens de l'origine étymologique “pré+conceito”, d'autres sens circulent, comme le sens d'action compressive. En même temps, il y a la naturalisation de l'“infériorité” des Noirs et des métisses, sans que ceci soit considéré comme un préjugé racial: ce sens de préjugé s'efface.

Mots-clés: *Préjugé, sens, sciences sociales, sémantique de l'événement.*

Neste texto¹, trago o recorte de uma análise que realizo em minha tese de doutorado sobre a designação da palavra *preconceito* em importantes obras das ciências sociais do início do século XX, sob a orientação do Prof^o. Dr^o. Eduardo Guimarães. O texto resulta da apresentação que fiz no I Colóquio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários (CIELLI), realizado na Universidade Estadual de Maringá (UEM) em junho de 2010.

Uma das questões que atravessa a análise da designação da palavra *preconceito* é o conhecimento ser tomado como uma evidência, como algo dado, a-histórico que, neste caso, diz respeito à formação da sociedade brasileira. Esse conhecimento, que é produzido

¹ Agradeço à Mariza Vieira da Silva e Ana Cláudia Fernandes Ferreira pelas contribuições.

sob parâmetros formais, se estabiliza alimentando uma necessidade dos sujeitos pragmáticos (que é também produzida) de um mundo logicamente estabilizado (cf. Pêcheux, 2002). De acordo com nossa perspectiva teórica, esse conhecimento, além de histórico, é considerado como uma interpretação dentre outras possíveis e os sujeitos aí se constituem ao mesmo tempo que os sentidos, produzindo seus efeitos ideológicos.

Assim, quando nos perguntamos pelas designações da palavra *preconceito*, não buscamos apenas efetuar um inventário dos sentidos dessa palavra. Buscamos compreender o que os sentidos, historicamente constituídos no acontecimento enunciativo (cf. Guimarães, 2002), dizem das relações sociais brasileiras, a partir do olhar de autores que produziram obras de referência para as Ciências Sociais. Esses olhares, essas interpretações são determinadas por uma memória de sentidos já estabilizados para a palavra *preconceito*, ao mesmo tempo que produzem deslocamentos nessa memória.

Os dicionários, através de suas definições, configuram-se como provedores de sentidos institucionalizados que impedem muitas vezes a circulação de outros sentidos. Considerando as palavras como “palavras políticas” que têm sua história significativa, provenientes de suas enunciações e sentidos que são específicos ao espaço de enunciação brasileiro, observaremos, neste artigo, os sentidos da palavra *preconceito* fornecidos pela Etimologia, vista aqui como um lugar de produção de evidências, a partir de dois dicionários: o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2009) e o *Dicionário Etimológico da Nova Fronteira* (1998). A Etimologia nos levou a observar também um dicionário de francês e dicionários francês/português – português/francês. São eles: *Petit Robert de poche* 2009 (2008), o dicionário *Michaelis Escolar (francês/português - português/francês)* (2004) e o *Dicionário Português-Francês da Editora Porto* (1999). Vamos comparar estes sentidos com o funcionamento da palavra *preconceito* em dois recortes da obra *A Evolução do povo brasileiro*, de Oliveira Viana, que é um autor de destaque nas Ciências Sociais.

Assim, considerando que o conhecimento científico produz significações que são tomadas como evidentes, que não são nem neutras nem homogêneas, pois, conforme Orlandi (2007, p. 9) “não há sentido sem interpretação”, buscamos deslocar universos de sentidos logicamente estabilizados (PÊCHEUX, 2002). Analisar a palavra dessa forma, é considerar que a constituição de seus sentidos se dá no interior do acontecimento enunciativo no qual as relações de sentido se dão histórica e politicamente, constituindo sujeitos e atribuindo sentidos para o real.

O político é definido por Guimarães como sendo a

contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo o político é um conflito, entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam o seu pertencimento. (2002, p. 16).

Tomar o político nas relações de linguagem é considerar, pois, que não há um, mas vários sentidos que se dividem, entram em conflito, são apagados, no acontecimento, ao simbolizarem relações sociais que são também divididas, hierarquizadas. E ser sujeito de linguagem é estar determinado por essa disputa de sentidos, é constituir-se nessa divisão e ser ele mesmo dividido.

Uma outra noção relevante para nossa análise é a de espaço de enunciação que leva em consideração a relação necessária entre línguas e falantes. “Esta relação entre falantes e línguas interessa enquanto um espaço regulado e de disputas pela palavra e pelas línguas, enquanto espaço político...” (GUIMARÃES, 2002, p. 28), no qual dicionários e gramáticas funcionam como legitimadores e reguladores da língua oficial e nacional, no caso, da língua portuguesa no Brasil. Este espaço permite que se observe a relação política de uma língua – a língua oficial – com outras línguas e seus falantes que dividem um mesmo espaço.

De nosso ponto de vista, compreendemos que os sentidos não se limitam à origem etimológica, àquilo que os dicionários, enquanto instrumentos de gramatização² legitimam como sendo a sua designação. Buscamos, a partir do lugar teórico no qual nos situamos, o da Semântica do Acontecimento, analisar a designação ali presente que, de acordo com Guimarães (2002, 2007), é a significação que resulta das relações lingüísticas e que remete ao real sendo, portanto, determinada pela história e pelo social. Para tanto, observamos as reescrituras da palavra *preconceito*, isto é, palavras que a redizem no acontecimento enunciativo e com isso atribuem-lhe outros sentidos, constituindo assim suas designações. Além delas, também observamos as articulações através das quais a palavra *preconceito* é determinada por outras palavras ou predicados que não a reescrevem, mas que estabelecem com ela uma relação de sentido.

Colocamos em questão a evidência primeira do sentido da palavra *preconceito*, significada como um conceito formado antecipadamente, uma ideia pré-concebida

² Utilizamos aqui o termo instrumento de gramatização tal como Auroux (1992) considera esta noção. “o processo que conduz a descrever e a instrumentar uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalingüístico: a gramática e o dicionário” (p. 65).

motivada pela falta de conhecimento. O *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* dá como formação etimológica da palavra o prefixo “Pré” + o radical “Conceito”.

Para obter mais informações sobre a etimologia da palavra, consultamos o *Dicionário Etimológico da Nova Fronteira* no qual a palavra é classificada morfológicamente como um substantivo masculino. Nele, a palavra é definida como “conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos”, e a etimologia de *preconceito* é dada como sendo “calcado no francês *préconçu*” (Cunha, 1998, p. 629).

Temos aí um primeiro deslizamento dos sentidos quando a palavra é reescrita pelo radical “conceito” e, em seguida, por “opinião”, bem como uma primeira divisão de sentidos entre o científico e o senso comum. Também encontramos uma relação do espaço de enunciação de língua portuguesa com o espaço de enunciação francês ao ser atribuída à palavra francesa *préconçu* como a origem etimológica de *preconceito* em português.

No dicionário *Petit Robert de poche 2009*, o adjetivo *préconçu* é definido como “Élaboré sans jugement critique ni expérience → **préjugé**” (2009, p. 565). Na acepção francesa, a palavra é definida pela relação com o julgamento crítico e com a experimentação que são realizados com a indicação através de uma flecha para um possível sinônimo, *prejugé*. O sentido de “julgamento”, que não apareceu na definição etimológica do dicionário em língua portuguesa, aparece na definição lexicográfica do *Petit Robert*.

A palavra *préjugé*, caracterizada morfológicamente em francês como um substantivo masculino, corresponde à palavra *preconceito* em português, como pudemos averiguar no dicionário *Michaelis (francês / português - português / francês)* e no *Dicionário Português-Francês da Editora Porto*. Há novamente uma deriva dos sentidos com a reescritura “préjugé” que atribui o sentido de *julgamento antecipado* à palavra *preconceito* em português através da etimologia francesa. Desse modo, mesmo que no dicionário etimológico de língua portuguesa não esteja presente a relação de sentido com o sentido de “julgamento” na definição, a origem francesa estabelece essa relação, o que faz com que esse sentido também determine a palavra *preconceito* em língua portuguesa.

Assim, vemos que na própria etimologia há divisão e conflito de sentidos através da correspondência entre a palavra “preconceito” e “préjugé”, e da relação com a palavra da qual se originaria “préconçu”.

Podemos também observar que o sentido pejorativo normalmente atribuído ao *preconceito* não aparece em sua origem etimológica nem em português nem em francês.

Uma outra questão diz respeito morfologia dessas palavras. Tanto *préjugé* quanto *preconçu* são palavras formadas por radicais que derivam dos verbos “jugar” e “concevoir”, respectivamente. Ou seja, ambas são verbos, nomeiam ações, e para formar os substantivos e adjetivos encontram-se na forma do particípio passado. Já para *preconceito* em português, o radical *conceito* não deriva de verbo, não designa uma ação.

Passemos agora à designação da palavra no funcionamento textual em dois recortes do texto *A evolução do povo Brasileiro* de Oliveira Viana (1923).

Recorte 1:

Nenhum *erro maior* do que o daquelles que, partindo de uma suposta identidade entre nós e os outros grandes povos civilizados (porque temos a mesma civilização), julgam-se dispensados de estudar o nosso grupo nacional nas suas peculiaridades. Essa abstenção encerra um *erro imenso*, comparável ao erro do médico, que partindo do facto de que todos os homens têm a mesma physiologia, se julgasse dispensado de pesquisar, para a formulação do seu diagnóstico e a determinação da therapeutica aconselhavel, as particularidades idiosyncrasicas de cada doente. Faria, neste caso, não obra sincera e honesta da sciencia e, muito menos, obra technica de medico, mas apenas obra grosseira ou leviana, de charlatão, á semelhança dos nossos boticarios de aldeia tão deliciosamente interessantes no desembaraço com que applicam, a olho e pelas apparencias, conhecidas formulas feitas, pilhadas ao Chernviz. Já mostrei, aliás, no meu ensaio sobre idealismo na evolução política, como tem sido funesto para nós esse *preconceito* da absoluta semelhança entre nós e os outros povos civilizados e como esse *preconceito*, com que *justificamos* a imitação systemática das instituições europeas nos tem valido, há cerca de cem annos, decepções dolorosas e fracassos desconcertantes (pp. 28-30)³.

Neste recorte, encontramos uma comparação entre o *erro maior*, e *erro imenso* ao *erro do médico* e também a oposição entre *obra sincera e honesta ciência* à *obra grosseira, leviana, charlatã* dos boticários de aldeia. Depois, a expressão formada por *esse preconceito* reescreve, por substituição, *erro imenso* e *erro maior*. Com essa reescritura, o *preconceito* é oposto ao que é feito pela ciência com imparcialidade, exatidão, objetividade, técnica.

A palavra *preconceito* está articulada à expressão “absoluta semelhança entre nós (habitantes do Brasil) e os outros povos civilizados” e pela expressão “com que justificamos a imitação systemática das instituições europeas”. Ou seja, nós, os brasileiros, não teríamos a mesma civilização que os outros povos civilizados, no caso, os europeus.

³ Mantive a ortografia utilizada pelo autor neste e no próximo recorte.

Afirmar isso seria *erro*, seria basear-se em conhecimento popular e não científico, seria *preconceito*.

Para o autor isso não significa que *os brasileiros* não sejam civilizados mas haveria certas “peculiaridades” que nos diferenciariam dos portugueses, nossos colonizadores. O autor enuncia de uma posição-sujeito nacionalista buscando, com seu estudo, mostrar as diferenças de nosso povo, de nossas instituições e de nossa economia, em relação a Portugal; mas, ao longo de sua obra, observamos que esse nacionalismo está vinculado à teoria evolucionista e que, portanto, esses “brasileiros” são apenas uma pequena parte da população que vivia no Brasil: os brancos, descendentes de portugueses, considerados por ele, uma “raça superior”⁴.

Passemos agora para um outro recorte:

(...) Esses objectivos, que são a causa íntima da incomparável aptidão ascensional das sociedades arianas, deixam indiferentes os homens da raça negra, *organicamente incapazes de se elevarem*, quando transportados para um meio civilizado, acima das aspirações limitadas da sua civilização originária. O poder ascensional dos negros em nosso povo e em nossa história, si é, pois, muito reduzido, apesar da sua formidável maioria, não o é apenas pela pequena capacidade eugenística da raça, não o é apenas pela acção compressiva dos *preconceitos sociaes*, mas principalmente pela insensibilidade do homem negro a essas solicitações superiores que constituem as forças dominantes da *mentalidade* do homem branco (VIANA, 1923, p. 135).

A palavra *preconceito* é reescrita, por repetição, por *preconceitos sociaes*, expressão na qual *sociaes* caracteriza *preconceito*, determinando assim que não há um mas vários tipos de preconceito. Consideramos também que preconceito é determinado pela expressão definidora *acção compressiva* a qual está articulado, expressão que descreve o efeito que o *preconceito social* teria na sociedade em relação aos “negros”.

Comparando com o recorte anterior, observamos que, neste acontecimento, ocorre uma ruptura de sentidos justamente onde o autor está descrevendo o lugar social do negro e justificando a sua situação. Há assim uma divisão dos sentidos da palavra: eles deixam de se limitar à oposição erro (conhecimento popular)/acerto (conhecimento científico), e a palavra passa a significar também uma *acção compressiva* em relação às relações sociais.

⁴ Realizo uma análise mais detalhada sobre quem é esse povo brasileiro de que fala Viana em um artigo intitulado “Discurso fundador e Representação: os sentidos de “brasileiro” em Oliveira Viana e em Sérgio Buarque de Holanda” a ser publicado na Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos, nº 23.

Ainda nesse recorte, gostaríamos de chamar a atenção para um enunciado em que se encadeiam três argumentos que se configurariam como os motivos que reduziriam o poder ascensional dos negros:

- a) **não** o é **apenas** pela pequena capacidade eugenística da raça;
- b) **não** o é **apenas** pela ação compressiva dos preconceitos sociais;
- c) **mas principalmente** pela insensibilidade do homem negro às solicitações superiores que constituem as forças dominantes da mentalidade do homem branco.

A formulação “não apenas... mas principalmente...”⁵ que liga os dois primeiros argumentos ao último, colocam o argumento da *inferioridade dos negros* como o principal impedimento para sua ascensão social, numa escala hierárquica entre os três argumentos; perspectiva enunciativa esta assumida pelo Locutor.

Viana enuncia como se o estudo sobre o “nosso povo” feito por ele estivesse livre do “preconceito” (designado como *erro*, próprio do conhecimento popular), por estar fundamentado no conhecimento científico. Ele fala do lugar de dizer de um enunciador universal no qual o que se diz é tido como uma verdade incontestável, objetiva, imparcial, acima ou fora da história, perspectiva que é geralmente adotada no discurso da ciência; e fala do lugar social de sociólogo (homem da ciência), autorizado, portanto, a falar em nome da ciência.

Predomina assim o argumento da superioridade biológica dos brancos em relação à dos negros que por isso devem ser dominados pelos primeiros. Este sentido é possível no interior de uma posição nacionalista vinculada à teoria evolucionista, na qual Viana se inscreve, já que nela, como vemos, o *preconceito* não é determinado pelo sentido da “inferioridade racial”. A dominação, a escravidão e a impossibilidade de ascensão social dos negros são atribuídas à sua inferioridade racial.

Assim, discursos diferentes, contraditórios interpelam Viana. Ele enuncia a partir de uma posição sujeito ora nacionalista, quando quer mostrar com seu estudo as “peculiaridades” da nossa civilização distinguindo-a da civilização portuguesa. E, utilizando a teoria da evolução aplicada à análise social, desliza para um discurso que considera negros, índios e mestiços inferiores aos brancos, que pode ser considerado como

⁵ Essa expressão pode ser comparada com a formulação “*não só ... mas também*” que é analisada no estudo sobre as conjunções realizado por Guimarães (1987) no livro “*Texto e Argumentação: um estudo de conjunções do português*”. Em nossa tese de doutorado, detalhamos mais essa comparação para efeitos de análise.

um discurso colonialista. Desse modo, é possível a afirmação do *preconceito racista* de considerar o homem negro inferior ao branco, sem que isso seja significado como preconceito, ao mesmo tempo em que é reconhecido o *preconceito social*. Isso é possível uma vez que a inferioridade racial não faz parte do domínio semântico de *preconceito* no discurso colonialista.

Embora o *preconceito* signifique nesse caso uma forma de discriminação, de exclusão social, o que nos levaria a pensar que no discurso nacionalista do autor haveria o combate aos preconceitos raciais produzidos pela sociedade de maneira a valorizar a civilização brasileira, observamos que a suposta “inferioridade racial” dos negros não é determinada por *preconceito*, configurando-se aí o trabalho da contradição. O Locutor enuncia de uma posição sujeito filiada ao discurso da teoria evolucionista aplicada à análise social que na época em que a obra foi escrita ainda não era considerada uma análise preconceituosa e racista por muitos.

Desse modo, mesmo que seja trazido para o texto o reconhecimento de que os preconceitos são sociais e que, de uma certa forma, discriminam, excluem, o argumento da inferioridade biológica racial predomina, é assumido pelo Locutor. Certas características biológicas dos negros e mestiços são consideradas ruins e seriam elas causadoras da sua suposta “inferioridade”, naturalizando assim a sua impossibilidade de ascensão social.

No horizonte de interpretação possível a partir desse acontecimento enunciativo, pode-se considerar que uma vez que essa inferioridade é natural e não é causada pelo preconceito, a culpa da degradação e exclusão recai sobre os próprios negros e mestiços, mas jamais sobre a sociedade, sobre os brancos descendentes de portugueses. Naturalização esta que torna a exclusão irreversível.

O efeito de evidência que se forma a partir da definição etimológica da palavra se desfaz na relação com os sentidos produzidos em língua francesa. Mas é somente no funcionamento textual que o sentido pejorativo aparece, na reescrituras “erro imenso”, “erro maior”. O sentido de ação que falta na etimologia da palavra em português aparece no funcionamento textual relacionado ao ato de “comprimir socialmente” (relegar os negros a classes sociais mais baixas). Mas, mesmo assim, esse apagamento verbal no étimo pode fazer com que o sentido de “conceito antecipado” se sobreponha ao sentido de “discriminar”, “excluir”, apagando assim a historicidade de sentidos da palavra. Desse modo, considerando a relação da língua com o real, apaga-se a relação de dominação e de escravidão realizadas por Portugal ainda presentes no início do século XX.

Se considerarmos as condições de produção desse texto, vemos o lugar ocupado pelo Estado. Ele foi publicado pelo governo do presidente Epitácio Pessoa em 1922 em comemoração aos cem anos de Independência do Brasil, como prefácio de um recenseamento sobre o povo brasileiro, no despontar do movimento modernista que buscava a valorização do que é “brasileiro”; época da consolidação do Brasil como uma nação independente e como República. Viana, ao anunciar que vai buscar mostrar as diferenças entre a civilização portuguesa e a brasileira estaria falando de uma posição sujeito nacionalista, coincidindo com os anseios do momento. Mas, o enunciado revela o preconceito (racista), sem que seja considerado como tal, quando *preconceito* significa as relações sociais brasileiras, promovendo a exclusão dos negros e mestiços e reforçando a suposta “superioridade” da “civilização” portuguesa, e, portanto, indo na contramão da valorização do que é brasileiro e na direção de um discurso colonialista.

Considerações finais

Na análise, observamos que a evidente homogeneidade do sentido que se tem sob a unicidade da palavra *preconceito* em português é aparente. A etimologia fornecida pela análise de alguns dicionários revelou a relação dos sentidos dessa palavra da língua portuguesa normatizada com outras duas palavras de uma língua oficial de outro espaço de enunciação, o francês. Em língua portuguesa, os sentidos ficam condensados em uma única palavra enquanto que em francês eles dividem-se em duas palavras de radicais diferentes *préjugé* e *préconçu*. Isso revela outros efeitos de sentido que são o da vinculação com o sentido de *julgamento* e o do sentido de ação que ficam apagados no étimo português.

Essa ilusão de unicidade e o apagamento dos sentidos de julgamento e de ação, mais a falta do sentido pejorativo podem provocar a ilusão de ser o sentido etimológico o único sentido de *preconceito*, sobrepondo-se aos outros sentidos que circulam em língua portuguesa.

Saímos, então, do lugar da língua normatizada pelos dicionários e passamos para o seu funcionamento em um texto sobre a formação social do Brasil. Observamos que logo as duas primeiras reescrituras de *preconceito*, *erro imenso* e *erro maior*, atribuem à palavra o sentido pejorativo por ser reescrita por *erro*. Vemos, então, a oposição entre o discurso do senso comum e da ciência mas, nesse caso, a reescritura *erro* atribui o sentido pejorativo que faltava antes.

Quando avançamos um pouco mais, o sentido de *preconceito* deixa de se limitar a oposição ciência/senso comum para significar outra relação de sentido. No texto de Viana, a palavra *preconceito* recebe o adjetivo *sociais* que a caracteriza por estar significando algo das relações sociais brasileiras. Nesse caso, ela é reescrita pela definição “ação compressiva”, ou seja, ela está nomeando uma ação de comprimir os negros no nível social mais baixo. No entanto, apesar dessa relação de sentido que significa a exclusão, há a naturalização da suposta “inferioridade” do homem negro o que não é significado como preconceito racial. Desse modo, apesar do texto ir na direção de uma denúncia dos preconceitos, de opô-los ao discurso da ciência, os preconceitos raciais têm seus sentidos circulando sem serem afirmados como tais, justamente por serem sentidos autorizados pelo próprio discurso científico que no caso específico trata-se da teoria evolucionista.

Referências Bibliográficas

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
- AVOLIO, J. C. e FAURY, M. L. **Dicionário Escolar Michaelis francês/ português-português /francês**. Melhoramentos, 2004.
- CUNHA, A. G. **Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa**. 2ª Ed. 10ª impressão, Editora Nova Fronteira, 1998.
- FIRMIN, G. , MORVAN, D. REY, A. **Petit Robert de Poche 2009**. Paris : Dictionnaires Le Robert Sejer, 2008.
- GUIMARÃES, E. **Texto e argumentação**: um estudo de conjunções do português. Campinas, SP: Pontes, 4ª Ed, 2007.
- _____. **Semântica do acontecimento**. Campinas, SP: Pontes, 2002.
- _____. Domínio Semântico In: Molica, M. C. e Guimarães, E. (Orgs). **A palavra: forma e sentido**. Campinas, Pontes/RG, 2007, 77-96.
- HOUAISS, A. [et all]. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- ORLANDI, E. P. **Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. Campinas, SP: Pontes, 5ª Ed, 2007.
- PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica a afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.
- _____. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 3ª Ed., 2002.
- PORTO EDITORES. **Dicionário Português-Francês**. Porto Editora, 1999.
- VIANA, O. **Evolução do povo brasileiro**. São Paulo: Monteiro Lobato Editores, 1923.

Carolina de Paula Machado é graduada em Letras pela Universidade Federal de São Carlos (2004, concluída em 2004), mestre em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (2007), e doutoranda em Linguística pela mesma Instituição. Como bolsista da CAPES e integrante do projeto “História das Ideias Linguísticas”, objeto de um acordo internacional, realizou um estágio doutoral na École Normale Supérieure Lettres et Sciences Humaines (ENS- LSH), em Lyon, França, em 2008-2009. (carolinamac@yahoo.com.br)